

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 021/2018

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (TCT) QUE ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA** E O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ** PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO GENOMA DA JUSTIÇA. (PROCESSO Nº 2018.067569).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA (TJPB), com sede na Praça João Pessoa, s/n, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO, e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE)**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba, CEP 60822-325, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Francisco Gladyson Pontes**, resolvem **CELEBRAR** este **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme seu art. 116, e as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjugação de esforços, no âmbito do Projeto Genoma da Justiça, para modelar os processos de trabalho da cadeia de valor da Justiça Estadual, por meio da análise e da documentação das atividades e dos processos de trabalho que são diretamente responsáveis pela prestação jurisdicional, de forma a alavancar o nível de gestão das unidades judiciárias, padronizar os procedimentos e dar visão sistêmica necessária à tomada de decisão estratégica e à melhoria dos processos. **Parágrafo único.** O cumprimento do objeto descrito no *caput* desta cláusula se dará conforme o plano de trabalho anexo, que poderá ser revisado, a critério dos partícipes, para



alteração e inclusão de novas ações, ou revisão de prazos, nos termos da cláusula sétima deste Termo.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA SEGUNDA – Os partícipes assumem as seguintes responsabilidades:

- I – designar responsável para atuar como agente de integração, visando à execução das atividades que são objeto deste Termo de Cooperação Técnica;
- II – designar uma equipe para atuar na execução do projeto;
- III – viabilizar o intercâmbio de informações e materiais destinados à execução das atividades mencionadas no inciso I;
- IV – fornecer as condições técnicas e logísticas necessárias à execução deste Termo;
- V – cumprir os prazos acordados;
- VI – executar e fiscalizar as ações relativas ao objeto deste Termo por intermédio do responsável designado como agente de integração, nos termos da cláusula quarta;
- VII – levar, imediatamente, ao conhecimento do outro partícipe ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste instrumento, para adoção das medidas cabíveis; e
- VIII – notificar, por escrito, ao outro partícipe, eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades na execução deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) atuará como gerente deste Projeto e será o responsável por acompanhar seu andamento, bem como por definir a metodologia de trabalho a ser adotada no âmbito desta parceria.

Parágrafo único. O TJCE poderá receber sugestões para melhoria da metodologia mencionada no *caput* desta cláusula.

DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – A execução e a fiscalização deste Termo de Cooperação Técnica serão realizadas pelos partícipes, por meio dos responsáveis designados como agentes de integração, os quais terão amplos poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a manter e a aperfeiçoar seu objeto, dando ciência à autoridade imediatamente superior das providências adotadas para seu



fiel cumprimento.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

CLÁUSULA QUINTA – Este Termo não impõe transferências financeiras entre os partícipes e eventuais despesas inerentes às atividades acordadas serão assumidas nos limites das atribuições de cada um e custeadas por suas respectivas dotações orçamentárias.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA – Este Termo terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse dos partícipes, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, a ser publicado no Diário da Justiça eletrônico.

Parágrafo único. O termo aditivo de prorrogação deverá ser formalizado, no mínimo, 20 (vinte) dias antes do término da vigência deste Termo de Cooperação Técnica.

DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

CLÁUSULA SÉTIMA – É facultado aos partícipes promover o distrato deste Termo de Cooperação Técnica, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo os signatários responsáveis pelas atividades em execução no período anterior à extinção deste instrumento, respeitadas as obrigações eventualmente assumidas com terceiros.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA – Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, durante sua vigência, mediante termo aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

Parágrafo único. É vedado alterar a cláusula quarta, bem como descaracterizar o objeto deste instrumento.



DA AÇÃO PROMOCIONAL

CLÁUSULA NONA – Em qualquer ação promocional relacionada ao objeto deste Termo de Cooperação, será obrigatoriamente destacada a colaboração dos partícipes, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DEZ – O extrato deste Termo de Cooperação Técnica será publicado no Diário da Justiça eletrônico, conforme o art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DOS CASOS OMISSOS E DAS CONTROVÉRSIAS

CLÁUSULA ONZE – Os casos omissos neste instrumento serão supridos por meio de acordo entre os partícipes e eventuais controvérsias serão solucionadas pela via conciliatória.

Por estarem assim ajustados, assinam os partícipes este Termo de Cooperação Técnica, para todos os fins de direito.

João Pessoa/PB, 09 de Julho de 2018.



DESEMBARGADOR JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARAÍBA



DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ